

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA
ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E
RECURSOS ASSISTENCIAIS LESTE E A
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS
PARA AS MULHERES**

A AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS LESTE - ADRA, doravante denominada "ADRA", pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.798.849/0002-36, com sede à Rua Jorge Pereira Porto nº 200, Bairro Salgado Filho, Aracaju – SE, CEP: 49020-140, neste ato representada por seu procurador, Sr. Leonardo Pereira Mendes, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade – RG nº 6.xxx.9x9, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº xxx.335.946-xx, residente e domiciliado na Rua João Marques de Oliveira, nº 819, Lote 66, Cond. Foz do Joanes, Bairro Buraquinho, Lauro de Freitas – BA, CEP: 42.710-900, neste ato denominada COOPERANTE; e a SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, doravante denominada "SPM", pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 54.127.680/0001-38, com sede no Estado de Sergipe, na Praça Almirante Tamandaré, nº 3, Bairro São José, CEP 49.015-100, neste ato representada por Georlize Oliveira Costa Teles, portadora da Cédula de Identidade – RG nº XXX.909.965-XX, inscrita no CPF/MF sob nº XXX.909.965-XX, residente e domiciliada nesta capital, denominada COOPERADA, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, que será regido pelas cláusulas a seguir estipuladas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem como objeto a utilização de espaços disponibilizados pela ADRA à Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres de Sergipe para a realização de ações integradas voltadas à promoção da cidadania, empoderamento e valorização das mulheres, com ênfase na inclusão produtiva, saúde e enfrentamento à violência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

São objetivos específicos do presente Acordo de Cooperação Técnica:

- I- Exposição e comercialização de produtos desenvolvidos por mulheres empreendedoras;
- II- Promoção de visibilidade, geração de renda e fortalecimento do protagonismo feminino;
- III- Exposições temáticas e culturais, voltadas à valorização da história, identidade, criatividade e diversidade da mulher sergipana;
- IV- Realização de palestras, cursos, rodas de conversa e ações educativas, com temáticas relacionadas à saúde integral da mulher, direitos reprodutivos, saúde mental, autocuidado e empreendedorismo feminino;
- V- Realização de campanhas informativas e de mobilização social, com foco no enfrentamento à violência contra as mulheres, divulgação da rede de proteção, canais de denúncia e orientações sobre acesso a serviços públicos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

A execução do presente Acordo de Cooperação Técnica dar-se-á em estrita consonância com as disposições da CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. O gerenciamento e a fiscalização da execução do objeto da presente cooperação, durante sua vigência, caberão aos partícipes o cumprimento das obrigações e/ou responsabilidades mútuas e obrigações estabelecidas às partes no presente Acordo.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES MÚTUAS

Constituem obrigações comuns dos partícipes:

- a) executar as ações objeto deste Acordo, assim como monitorar os resultados;
- b) designar, no prazo de 10 dias, contados da publicação do presente instrumento, representantes institucionais incumbidos de compor o comitê intersetorial de coordenação deste Acordo;
- c) responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Acordo;
- d) analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;
- e) cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;
- f) realizar vistorias em conjunto, quando necessário;
- g) disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;
- h) permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como aos elementos de sua execução;
- i) fornecer aos parceiros as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- j) manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527/2011- Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes;
- l) Observar os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste acordo; e
- m) obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso.

Subcláusula única. As partes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não

faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho a ser elaborado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Constituem obrigações das partes:

I. Compete a ADRA:

1. Disponibilizar espaço para a realização das ações objeto desde Acordo de Cooperação;
2. Promover conexão com outras empreendedoras e oportunidades de negócios;
3. Promover a participação das mulheres integrantes do programa em eventos em que a SPM possua participação, condicionada à viabilidade e aprovação prévia da ADRA;

II - Compete à SPM:

1. Mapear mulheres empreendedoras, principalmente em situação de vulnerabilidade para participar dos eventos voltados ao empreendedorismo e economia solidária;
2. Colaborar na divulgação das ações e mobilização das mulheres.
3. Realizar palestras, cursos, rodas de conversa e ações educativas, com temáticas relacionadas à proteção, promoção e garantia dos direitos das mulheres;
4. Articular campanhas informativas e de mobilização social, com foco no enfrentamento à violência contra as mulheres, divulgação da rede de proteção, canais de denúncia e orientações sobre acesso a serviços públicos.
5. Colaborar com as ações de promoção da autonomia econômica e inclusão produtiva para as mulheres.
6. Fornecer material gráfico, como cartilhas, panfletos, entre outros necessários para divulgação e realização das ações a serem realizadas;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO TERMO DE COOPERAÇÃO

O presente Acordo de Cooperação Técnica terá vigência de 24 meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período mediante acordo entre as partes, por meio de aditivo, apresentando novo plano de trabalho com reavaliação dos resultados obtidos, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR/ORIGEM DE RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo de Cooperação não envolve repasse de recurso financeiro ou doação de bens entre os partícipes, ao mesmo tempo se aplicam outras disposições normativas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, naquilo que sejam compatíveis com tal especificidade. As despesas necessárias à plena

consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação, compra de equipamentos, contratação de consultorias técnicas, dentre outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas parcerias estratégicas, recurso oriundo de compensação ambiental, emenda parlamentar, fundos específicos, dentre outros.

Subcláusula primeira. As ações que implicarem a necessidade de recursos serão viabilizadas por intermédio de instrumento específico.

Subcláusula segunda. Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações.

CLÁUSULA OITAVA – DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO TRABALHISTA

Este Acordo de Cooperação Técnica estabelece uma relação de natureza exclusivamente cível entre as partes, não gerando qualquer vínculo empregatício entre os profissionais envolvidos na execução do presente termo e os COOPERANTES. Os profissionais designados por cada COOPERADO atuarão sob sua exclusiva responsabilidade, e estes assumem integralmente os encargos relacionados aos direitos trabalhistas, previdenciários, fiscais e sindicais de seus colaboradores.

Assim, não poderá ser invocada a aplicação das normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou qualquer outra legislação trabalhista por parte de terceiros em face dos COOPERANTES. Fica também expressamente excluída a possibilidade de solidariedade ou responsabilidade subsidiária entre os signatários deste Termo em relação aos encargos trabalhistas e previdenciários dos profissionais envolvidos na execução das atividades aqui previstas.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL E DE TERCEIROS

A ADRA e a SPM não se responsabilizarão por danos causados a terceiros durante as atividades, salvo comprovada culpa direta, devendo ainda a SPM firmar Termo de Compromisso com os profissionais que farão as ações e campanhas educacionais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DIVULGAÇÃO

7.1 Toda e qualquer publicidade, comunicação ou material de divulgação relacionados às atividades ou eventos decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica deverão mencionar explicitamente que se trata de uma **realização conjunta entre o COOPERANTE e os COOPERADOS**, assegurando a devida visibilidade às partes envolvidas. Entidades parceiras que participarem das ações poderão ser mencionadas como **colaboradoras**, conforme o caso.

7.2 Nas divulgações das ações relativas ao presente Acordo, seja por meio de mídia impressa, eletrônica, audiovisual ou qualquer outro meio de comunicação e marketing, será obrigatória a utilização dos logotipos e marcas autorizadas pelo COOPERANTE, conforme normas de identidade visual previamente acordadas. **Qualquer material promocional ou de divulgação deverá ser submetido previamente à aprovação formal do COOPERANTE e da COOPERADA**, garantindo a conformidade com as diretrizes de comunicação estabelecidas.

7.3 Será vedada toda e qualquer associação das partes com campanhas político-partidárias, salvo autorização expressa das partes.

7.4 O descumprimento das disposições previstas nesta cláusula, seja por omissão ou por divulgação inadequada, poderá acarretar **responsabilidades** a COOPERADA ou parceiro infrator, conforme as normas previstas no Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ADITAMENTO E DENUNCIA

I – O presente Acordo de Cooperação Técnica poderá ser alterado por **mútuo acordo** entre as partes, mediante a formalização de um **Termo Aditivo**, desde que haja **justificativa** para a alteração ou necessidade de prorrogação do prazo de vigência, sendo vedada a alteração do objeto principal deste Termo.

II – Este Termo poderá ser **denunciado** por qualquer uma das partes signatárias, caso uma das partes deixe de cumprir com as obrigações aqui estabelecidas, mediante **comunicação prévia** por escrito, com antecedência mínima de **30 (trinta) dias**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

Os mecanismos, instrumentos e formas de fiscalização e monitoramento das atividades previstas neste Acordo de Cooperação Técnica, serão definidos em comum acordo entre as partes signatárias, observando as necessidades e as diretrizes de transparência e controle vigentes, podendo ainda ser solicitado relatórios periódicos das atividades realizadas, incluindo dados do público atendido, impactos e resultados.

CLÁUSULA FINAL – DA RATIFICAÇÃO E ASSINATURA

As partes, por estarem de acordo com todas as disposições deste Acordo de Cooperação Técnica, ratificam os termos aqui estabelecidos e comprometem-se a cumpri-los em sua integralidade. Este instrumento é assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma, sendo uma para cada parte, entrando em vigor na data de sua assinatura.

Aracaju, 28 de maio de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **LEONARDO PEREIRA MENDES**
Data: 10/06/2026 09:42:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1. _____
AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO
E RECURSOS ASSISTENCIAIS LESTE – ADRA

2. _____
Georlize Oliveira Costa Teles
Secretária de Políticas para Mulheres

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF:

2. _____
CPF:

SECRETARIA DE ESTADO
DE POLÍTICAS
PARA AS MULHERES

